

## Capítulo 3

# Políticas comerciais e integração regional em África

Em África, o crescimento acelerado desde o ano 2000 veio aumentar as oportunidades de promoção do comércio, enquanto o continente procura reforçar a integração entre as suas regiões, com o objetivo de impulsionar mais o crescimento e a criação de emprego. Este capítulo analisa a evolução do comércio, dos fluxos de investimento, da integração e da convergência de rendimentos entre regiões e países. São propostas formas por meio das quais os tomadores de decisões políticos possam promover o crescimento e aproveitar as oportunidades comerciais, afim de que a disparidade de rendimentos diminua mais rapidamente. São igualmente analisados o setor financeiro, as infraestruturas e as novas e maiores zonas de comércio, examinando em que medida podem contribuir para este esforço.

## Resumo

África deve adotar reformas estruturais e normativas, bem como melhorar a integração financeira, para acelerar os esforços que têm conduzido a um aumento das trocas com os países emergentes e entre os seus próprios países e regiões. O comércio intra-africano continua abaixo dos níveis verificados noutras partes do mundo, mas existem formas de mudar este cenário. A Europa deverá continuar a ser o principal parceiro comercial de África no futuro próximo; a implementação de um acordo entre três blocos regionais – a Zona Tripartida de Comércio Livre – pode alterar o panorama comercial em África, através do aumento da dimensão do mercado e da criação de economias de escala. Os benefícios podem, igualmente, ajudar a diminuir as disparidades de rendimento entre os países africanos e a melhorar a integração financeira regional. É necessário que os países africanos promovam a estabilidade macroeconómica e o ambiente de investimento, reforçando o papel dos bancos pan-africanos para facilitarem o financiamento do comércio e impulsionarem os mercados de capitais. Os bons resultados na promoção do comércio e do crescimento dependem da política e clima de investimento, da profundidade da integração financeira e do compromisso com as reformas.

## África quer converter o forte crescimento numa transformação económica

### África tem fatores fundamentais para o sucesso

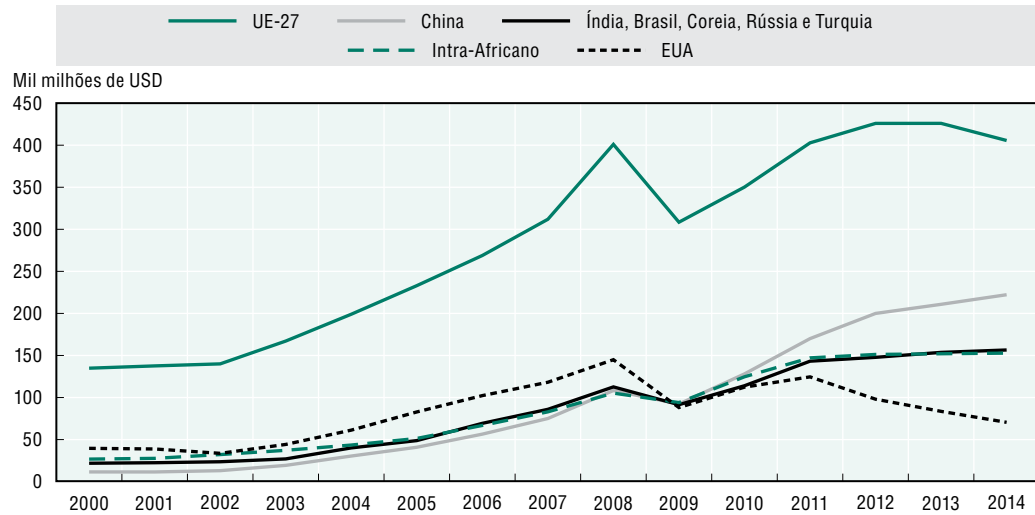
O crescimento em África acelerou desde o ano 2000, a uma taxa anual média de 5%. Vários fatores explicam este desempenho:

1. **Maior estabilidade política.** O número de conflitos violentos tem diminuído desde a viragem do século, contribuindo para a estabilidade política.
2. **Melhores condições macroeconómicas.** As políticas orçamentais e monetárias prudentes, bem como o alívio à dívida, têm ajudado a controlar os défices orçamentais e a diminuir a inflação. As reformas implementadas pelos governos também melhoraram o ambiente de negócios.
3. **Mais investimento público em infraestruturas.** Isto ajudou alguns países sem recursos naturais, como a Etiópia e o Ruanda, a atingirem um crescimento de 8% ou mais.
4. **Preços elevados das matérias-primas.** Durante a primeira década do século, os países africanos ricos em recursos naturais beneficiaram de uma maior procura de matérias-primas, especialmente da China e de outras economias emergentes. A recente queda dos preços tem, porém, prejudicado o crescimento.
5. **O vigor dos investimentos diretos externos e outros fluxos financeiros, em conjunto com a procura interna.** Estes fatores têm respondido fortemente a um bom ambiente político e, juntos, têm desempenhado um papel fundamental no crescimento africano. No entanto, muitas das potencialidades do comércio intra-africano estão ainda por explorar.

### O comércio cresce, apesar da queda nas trocas comerciais com os Estados Unidos

O comércio entre África e o resto do mundo manteve-se em alta, exceto com os Estados Unidos. Entre 2000 e 2008, o comércio africano cresceu a uma média anual de 16%, mas devido à crise financeira global de 2008-9, diminuiu drasticamente 24%, entre 2008 e 2009. As exportações africanas têm recuperado desde 2010, crescendo a uma média anual de 8.5%. No entanto, o comércio com os Estados Unidos tem decrescido de forma persistente. Em 2015, o comércio com os Estados Unidos caiu para 70.6 mil milhões de USD, longe do pico atingido em 2011, com 124.6 mil milhões de USD, e correspondendo a uma queda de 11% (Figura 3.1). Historicamente, as importações dos Estados Unidos provenientes da África subsariana têm sido principalmente de petróleo, gás e produtos petrolíferos. Em 2007, estas representavam 93% das importações norte-americanas. Em 2013, esta percentagem tinha sido reduzida para 67%, devido à intensificação da campanha norte-americana para a autossuficiência energética e para o aumento da produção interna de petróleo, com o objetivo de evitar a sua importação.

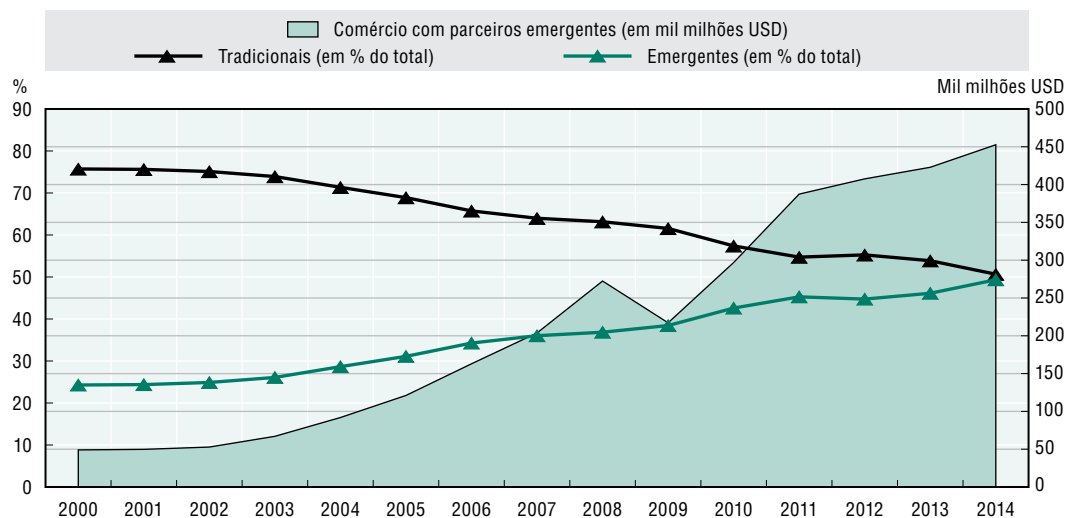
Figura 3.1. Fluxos comerciais de África, comércio com parceiros selecionados e comércio intra-africano, 2000-14  
(mil milhões de USD)



Fonte: Cálculos dos autores a partir da base de dados COMTRADE das Nações Unidas, <http://wits.worldbank.org/wits/>. StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391384>

A União Europeia continua a ser o principal mercado para exportação dos produtos africanos. Desde a crise financeira, porém, a procura na zona Euro (que representa 72.5% do Produto Interno Bruto [PIB] da União Europeia) tem sido fraca, prejudicando a procura pelos produtos africanos. Consequentemente, desde a crise financeira de 2008-09, as exportações de África para a Europa têm registado um aumento modesto de apenas 0.2% por ano. Além disso, África tem beneficiado da diversificação do seu comércio. A queda nas exportações para os Estados Unidos e o fraco crescimento na Europa conferiram importância acrescida ao Brasil, China, Índia e Rússia, (os países BRIC) e a outras economias emergentes (Figura 3.2). Em 2009, apenas 24% das exportações africanas se destinou aos países emergentes, mas em 2014, os BRIC, a Coreia, a Turquia e outros países, representaram quase metade das exportações africanas para o mundo.

Figura 3.2. Distribuição do comércio de África: parceiros tradicionais versus parceiros emergentes, 2000-14

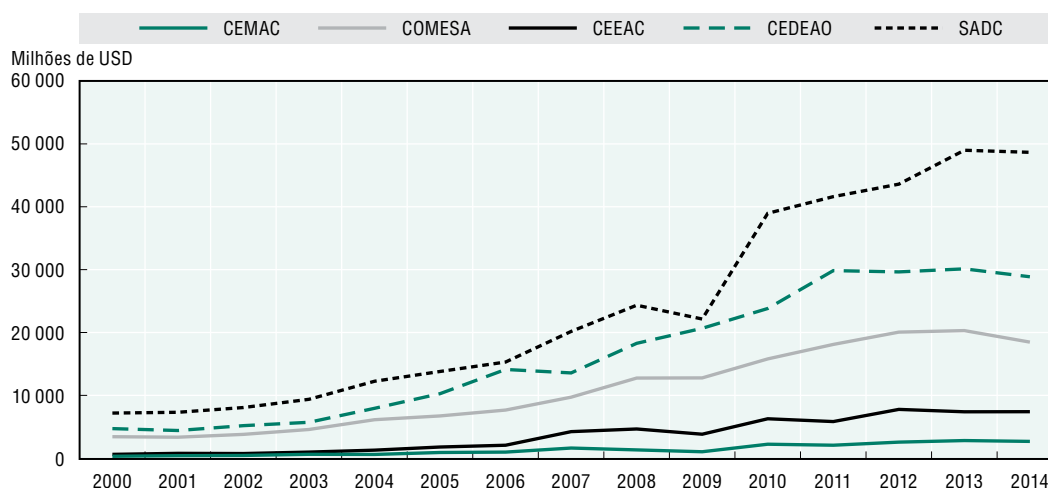


Fonte: Cálculos dos autores a partir da base de dados COMTRADE das Nações Unidas, <http://wits.worldbank.org/wits/>. StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391394>

As exportações africanas para as economias emergentes são dominadas pela China e são maioritariamente compostas por petróleo, metais e outros produtos primários. Isto significa que o continente está exposto à mudança do modelo económico chinês, de um modelo baseado no investimento e na exportação para uma economia assente no consumo interno e nos serviços. Esta evolução pode abrandar a procura dos produtos africanos e afetar o crescimento a longo prazo. A China representa atualmente 27% das exportações totais de África, sendo que as matérias-primas constituem cerca de 87% das exportações para a China (Pigato e Tang, 2015).

O comércio entre as regiões africanas está igualmente a crescer, embora continue a ser baixo, se comparado com outras partes do mundo. Em 2000, o comércio intrarregional representou 10% do comércio africano total, tendo essa percentagem atingido 16% em 2014. Este comércio é composto maioritariamente por bens manufaturados, que são menos suscetíveis a choques de preços. Os produtos manufaturados constituem 60% do comércio regional total (BAD, 2015). Para além disso, o comércio com outras regiões cresceu em todas as comunidades económicas regionais de África, exceto na Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC), composta por seis países (Figura 3.3).

Figura 3.3. Comércio intra-africano, por comunidades económicas regionais (milhões de USD)



Fonte: Organização Mundial de Comércio (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391407>

### Os megablocos comerciais ganham importância

Nos últimos anos, os avanços para a criação de mega-acordos regionais de comércio, tal como a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, na sigla inglesa) entre os Estados Unidos e a União Europeia, ganharam nova dinâmica. O objetivo é remover as barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias, bem como as restrições ao investimento, num vasto leque de setores. Quando concluído, o acordo EUA-UE combinará os dois maiores blocos económicos do mundo. O TTIP poderá também impulsionar os debates sobre a Agenda de Desenvolvimento de Doha e renovar o interesse na liberalização do comércio.

Em África, a Zona Tripartida de Comércio Livre (ZTCL) e a proposta Zona Continental de Comércio Livre (ZCCL) estão projetadas para incentivar o investimento e o comércio intrarregionais. A ZTCL agrega os 19 países do Mercado Comum para a África Oriental

e Austral (COMESA), os 5 países da Comunidade da África Oriental (EAC/CAO) e os 15 países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Esta última, tornou-se a maior zona de comércio livre na história de África, representando mais de 58% da produção do continente, 48% dos seus países e 57% da população africana. A ZTCL corresponde igualmente a 25% do comércio intrarregional, enquanto outros blocos representam uma média de 15%.

Para promover o comércio regional, a ZTCL centra-se em: i) harmonizar os acordos regionais de comércio existentes; ii) facilitar o fluxo de bens entre países e ao longo dos corredores de transporte; iii) melhorar as ligações entre os membros, através do desenvolvimento de infraestruturas transfronteiriças; e iv) permitir a livre circulação de empresários.

A ZCCL reflete a visão da União Africana para reforçar a cooperação regional, já que o seu objetivo é tornar a totalidade do continente numa Comunidade Económica de África, cujo mercado livre deve corresponder a mais de mil milhões de pessoas, aproveitando uma classe média crescente e o dividendo demográfico que lhe está associado. Esta iniciativa remonta ao Tratado de Abuja de 1991, que estabelecia um roteiro para a integração regional em África. As negociações para a criação da ZCCL foram oficialmente lançadas em junho de 2015 na Cimeira da União Africana realizada em Joanesburgo, na África do Sul. O objetivo é criar a ZCCL até 2017. Tendo em conta a fragmentação e a pequena dimensão dos mercados africanos, a criação de um mercado comum ao nível continental é uma oportunidade única para investir em infraestruturas transfronteiriças, para promover a integração regional e para estimular o crescimento e a criação de emprego. Uma vez criada, a zona de comércio livre do continente – proposta no âmbito da Comunidade Económica de África – irá também reduzir as sobreposições entre as comunidades regionais africanas.

É difícil avaliar o impacto real da ZCCL. No entanto, as experiências anteriores apontam para que traga benefícios aos seus membros, devido ao enfoque na “criação de comércio” e não no “desvio do comércio” (Freund e Ornelas, 2010).

## A integração regional contribui para a convergência dos rendimentos

A integração regional pretende promover a cooperação económica e política. A maioria dos africanos vive em países cujos mercados internos são demasiado pequenos e fragmentados para gerarem as economias de escala necessárias para competirem internacionalmente. O reforço da integração é, portanto, fundamental para o continente. O crescimento é um dos principais objetivos para cada país, bem como a aspiração de reduzir as divergências de rendimento, desemprego e outros resultados no plano social. Apesar de existirem provas contundentes de que a integração regional origina uma convergência de rendimentos (Camarero, Flores, Jr. e Tamarit, 2006; Jones, 2002), alguns estudos consideram não existir uma relação sistemática entre a integração comercial e a convergência (Milanovic, 2006; Sohn e Lee, 2006).

## Os indicadores de convergência em África revelam padrões diversos

A integração regional contribui para a convergência entre as economias pobres e ricas, através de três fatores. Em primeiro lugar, a integração favorece a mobilidade de capital e da mão-de-obra, o que pode aumentar a produção e a produtividade. Para além disso, estes acordos, sejam eles correspondentes a zonas de comércio livre ou a uniões aduaneiras, têm potencialmente benefícios para todos os países envolvidos, devido ao aumento do volume de comércio. Por fim, a integração regional promove a expansão da tecnologia, através da troca de bens, de ideias e de conhecimento.

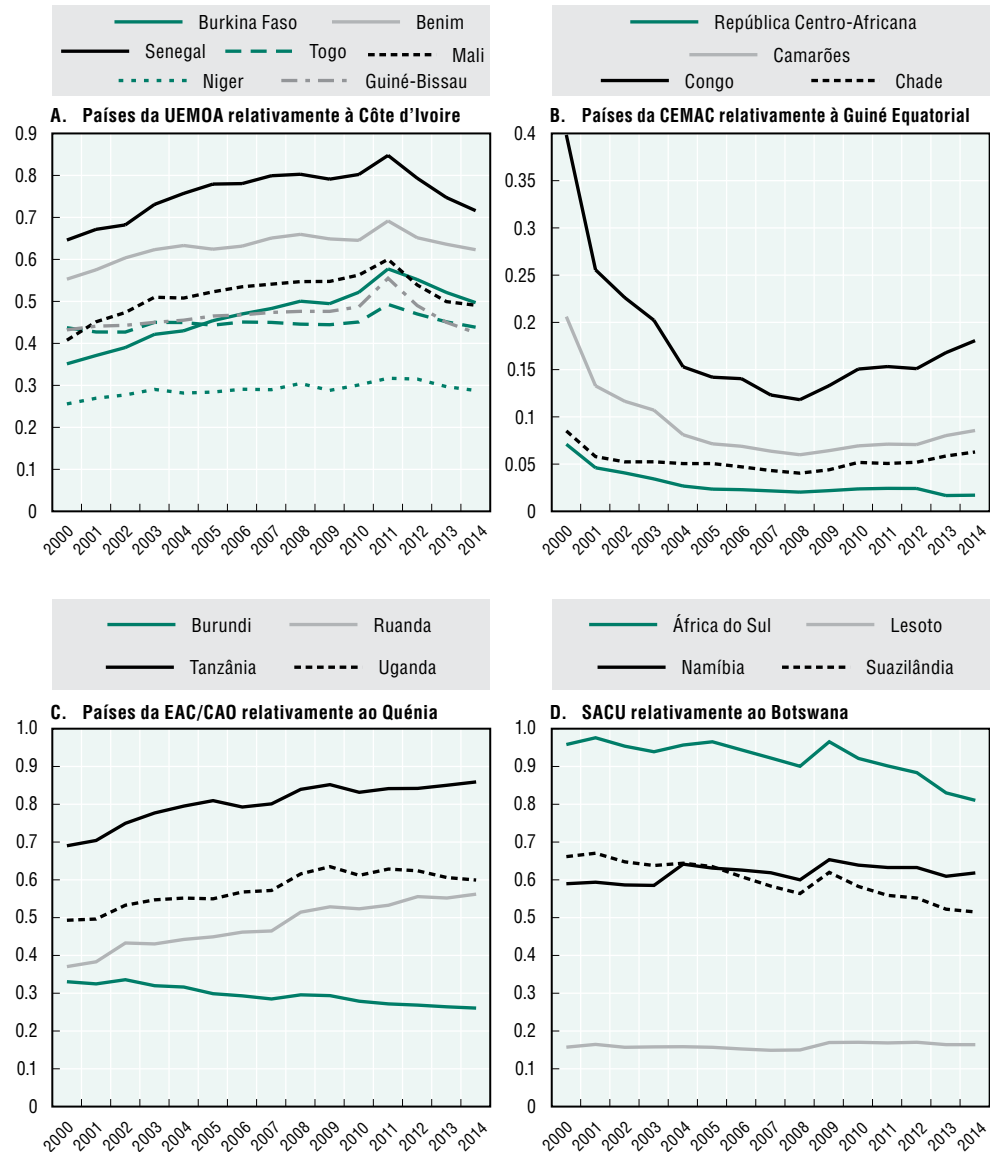
A formação de comunidades económicas regionais tem tido um impacto diverso na convergência dos rendimentos em África. Os oito países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) apresentam a maior taxa de convergência de rendimentos. No período de 15 anos, a disparidade de rendimentos entre os países mais ricos e mais pobres da UEMOA diminuiu a uma taxa média de 19.6%. O PIB per capita aumentou quase todos os países da UEMOA, em termos comparativos com a Côte d'Ivoire, a principal economia da região, tal como ilustrado na Figura 3.4A. O Benim e o Senegal alcançaram a Côte d'Ivoire, enquanto o Níger e o Togo registam ainda algum atraso. Isto pode significar que os países mais pobres cresceram mais rapidamente do que os mais ricos, reduzindo a disparidade. A convergência pode também explicar-se pelo abrandamento da economia da Côte d'Ivoire durante a crise política que o país atravessou no início da década de 2000.

Na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com 15 membros, a disparidade de rendimentos também foi reduzida, embora a taxa de convergência seja menor, na ordem dos 11.4%. Países como o Gana ou a Nigéria têm-se aproximado lentamente de Cabo Verde, o país mais rico da região. Nos últimos 15 anos, o PIB per capita da Nigéria e do Gana, aumentou respetivamente 21.6% e 5%, em termos comparativos com Cabo Verde. No entanto, a Côte d'Ivoire atrasou-se relativamente aos principais países da região. Desde o início da crise no ano 2000, o seu PIB per capita decresceu 37% relativamente ao de Cabo Verde. Na CEMAC, estima-se que a convergência de rendimentos tenha sido de apenas 5.5%. Nos últimos cinco anos, o Congo têm-se aproximado lentamente da Guiné Equatorial, enquanto o Chade se tem atrasado (Figura 3.4B).


A EAC/CAO apresenta uma taxa de convergência de 8.5%, o que reflete um crescimento rápido e sustentado, embora com variações significativas entre países. Entre 2000 e 2014, o PIB per capita do Ruanda e da Tanzânia cresceram, respetivamente, 50% e 24% relativamente ao do Quênia, o país mais rico nesta região. No entanto, o PIB per capita do Burundi, o país mais pobre, diminuiu 26% em comparação com o do Quênia.

Na União Aduaneira da África Austral (SACU), composta por cinco países, registou-se uma taxa de convergência dos rendimentos de 13.3%. No geral, os países estão atrasados relativamente ao Botswana, a economia mais rica do grupo, enquanto a Namíbia reduz lentamente o hiato que a separa da África do Sul, a segunda economia da região. Também na África Austral, os países da SADC apresentam uma taxa de convergência ligeiramente mais baixa, estimada em 11.2%. Na COMESA, que inclui países da África Oriental e Austral, estima-se uma taxa de convergência de 14.8%.

Figura 3.4. Produto Interno Bruto per capita de países selecionados, em relação à principal economia na região (USD), 2011



Fonte: Estatísticas do BAD.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391410>

### A convergência de rendimentos em África continua a ser baixa

Os países africanos efetuaram progressos na eliminação de alguns fatores internos que impediam a redução das disparidades de rendimento. No entanto, a convergência de rendimentos será sempre uma tarefa a longo prazo, realizada em velocidades distintas. A Tabela 3.1 ilustra as disparidades no seio de cada comunidade económica regional; verifica-se que, com algumas exceções, a economia mais rica tem frequentemente uma menor dimensão e um fraco desempenho no crescimento.

Tabela 3.1. Comparação do país mais rico numa comunidade económica regional (CER) com os dados regionais

	Crescimento real do PIB per capita (2005-14)	PIB, em PPP 2011 Mil milhões de USD (2014)	PIB total da CER, em PPP 2011 Mil milhões de USD (2014)	População, milhões (2014)	População total da CER, milhões (2014)
Guiné Equatorial (CEMAC)	0.81	27.2	181	0.82	48.20
Côte d'Ivoire (UEMOA)	1.44	68.9	204	22.00	110.00
Cabo Verde (CEDEAO)	3.63	3.2	1340	00.51	340.00
Quênia (EAC/CAO)	2.54	126.0	342	45.00	157.00
Botswana (SACU)	3.32	34.1	744	20.20	62.00
Seychelles (SADC)	4.48	2.3	1050	0.09	297.00

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados do Banco Mundial (2015).

É necessário que os decisores políticos respondam rapidamente a três questões fundamentais para impulsionar a convergência de rendimentos nas comunidades regionais em África. Em primeiro lugar, existem diferenças enormes, quer dentro quer entre as regiões africanas. O comércio intra-africano continua a ser o menos expressivo de todos os continentes. Em 2014, o comércio entre regiões representou aproximadamente 16% do comércio total em África (Tabela 3.2). No mesmo ano, o peso do comércio intrarregional no comércio total foi de 61% na Ásia, 69% na Europa e 56% nas Américas.

Verificam-se, igualmente, diferenças entre as regiões africanas. Em 2014, a CEMAC apresentou a proporção mais baixa de comércio intrarregional, apenas 2.1%, sendo este um indicador comumente usado para medir a integração regional. Este facto deve-se, principalmente, à fraca integração do comércio nesta zona económica. A EAC/CAO e a SADC são as comunidades regionais com maior integração. Em 2014, o peso do comércio intrarregional no comércio total da SADC foi de 19.3% – a percentagem mais alta –, seguida da EAC/CAO, com 18.4%. Na UEMOA e na SACU, o peso do comércio intrarregional foi de 15.3% e 15.7%, respetivamente.

Tabela 3.2. Comércio intrarregional nas comunidades económicas regionais em África, em percentagem do comércio total

	2000	2010	2014
CEMAC (Comunidade Económica e Monetária da África Central)	1.19	2.74	2.08
COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral)	4.82	7.36	11.00
EAC/CAO (Comunidade da África Oriental)	17.73	18.65	18.37
CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)	8.91	8.27	8.92
SACU (União Aduaneira da África Austral)	2.56	14.47	15.67
SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)	11.73	18.18	19.34
UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental)	15.24	12.70	15.30
Norte de África	2.52	3.69	5.32
<b>África</b>	<b>9.18</b>	<b>13.80</b>	<b>15.71</b>

Nota: A UEMOA engloba o Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo; a CEMAC inclui os Camarões, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, República Centro-Africana e República do Congo; a COMESA engloba o Burundi, Comores, Djibouti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Seychelles, Suazilândia, Sudão, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe; a SADC inclui a África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe; e a CEDEAO engloba o Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da OMC (2015).

Em segundo lugar, a fraca diversificação económica tem limitado o comércio entre os países e regiões africanas. Para a maioria dos países, a produção e as exportações estão concentradas no petróleo, gás e matérias-primas minerais e agrícolas.



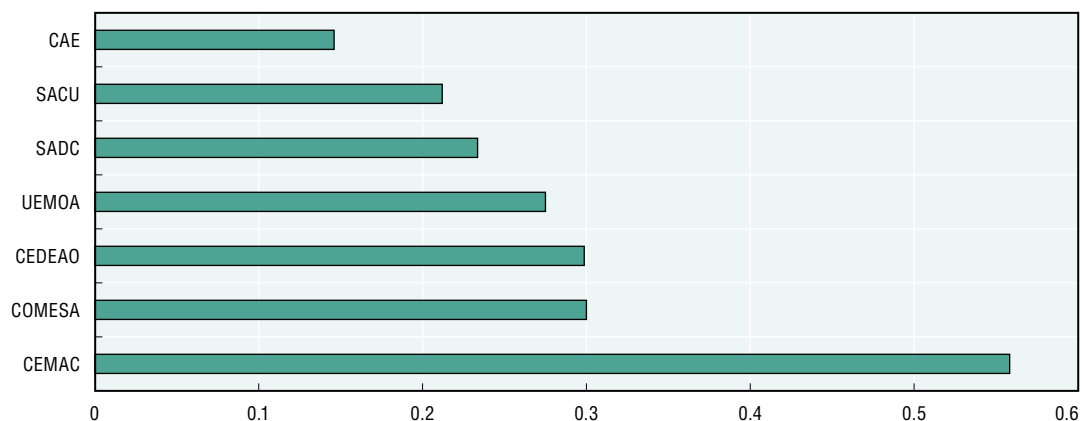
Consequentemente, não há condições para capitalizar a vantagem comparativa associada a estes produtos. As economias mais diversificadas encontram-se na África Oriental e Austral, enquanto as menos diversificadas se situam na África Ocidental e Central. Os países da CEMAC são os que têm economias menos diversificadas; a SACU é a segunda comunidade económica mais diversificada.

Existem, igualmente, diferenças no que concerne às estratégias de diversificação das exportações. Alguns países têm tentado uma diversificação horizontal, através da produção de novos bens. A Etiópia, o Quênia, e o Uganda, por exemplo, apostaram nas flores cortadas. Estes novos produtos complementam ou substituem parcialmente as exportações tradicionais como o café e o chá (Yokoyama e Alemu, 2009), podendo contribuir para colmatar a volatilidade dos preços mundiais das matérias-primas. Outros países optam por uma diversificação vertical, avançando na cadeia de valor dos produtos manufaturados. Madagáscar, por exemplo, está a conseguir cadeias de valor verticais na indústria do vestuário. Esta estratégia requer uma transformação e marketing mais sofisticados.

As comunidades regionais africanas podem lançar as bases para a diversificação, criando mercados comuns, agregando recursos e disponibilizando um enquadramento para a gestão regional de infraestruturas, como os corredores de transporte. Podem também reforçar a capacidade dos recursos humanos, a saúde, a segurança, o ambiente e os serviços nas respetivas regiões. Para além disso, quer a harmonização das normas e regulamentação tecnológica, quer a reforma das alfândegas e controlo de fronteiras melhorariam o ambiente de negócios em África.


A melhoria do clima de investimento em África tem criado oportunidades para aumentar o investimento proveniente do continente e de fora deste. O Benim, a Mauritânia, o Quênia, o Senegal e o Uganda estão entre as 10 economias que registaram maiores progressos nas áreas monitorizadas pela pesquisa Doing Business, do Banco Mundial, em 2014-15. No total, estes países implementaram 39 reformas normativas, facilitando a realização de negócios. África representou 30% das reformas normativas para a facilitação dos negócios em 2014-2015, seguida da Europa e da Ásia Central.

Figura 3.5. Diversificação económica em comunidades económicas regionais selecionadas



Nota: Valores mais baixos significam maior diversificação.

Fonte: Yameogo et al. (2014).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391429>

A transformação económica pode contribuir para um crescimento sustentado e para outros benefícios. No entanto, a obtenção de resultados duradouros implica uma mudança estrutural. É necessário que os países utilizem a sua vantagem demográfica relativa e que façam transitar a mão-de-obra para atividades de alta produtividade.

Em terceiro lugar, a existência de infraestruturas suficientes e eficientes é crucial para a promoção de um crescimento inclusivo e sustentável e para a convergência de rendimentos nas comunidades regionais. As economias africanas podem definir um rumo para aprofundarem a integração, desde que as redes de infraestruturas sejam concebidas para ligar os centros de produção com as plataformas de distribuição no continente. Estas infraestruturas permitiriam à África competir de forma eficaz, aproveitar mercados regionais, beneficiar da globalização através do comércio e investimento e, assim, alcançar uma maior convergência de rendimentos (BAD et al., 2013). O Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África prevê que o continente terá de gastar até 68 mil milhões de USD/ano até 2020 em manutenção e investimentos de capital nesta área.

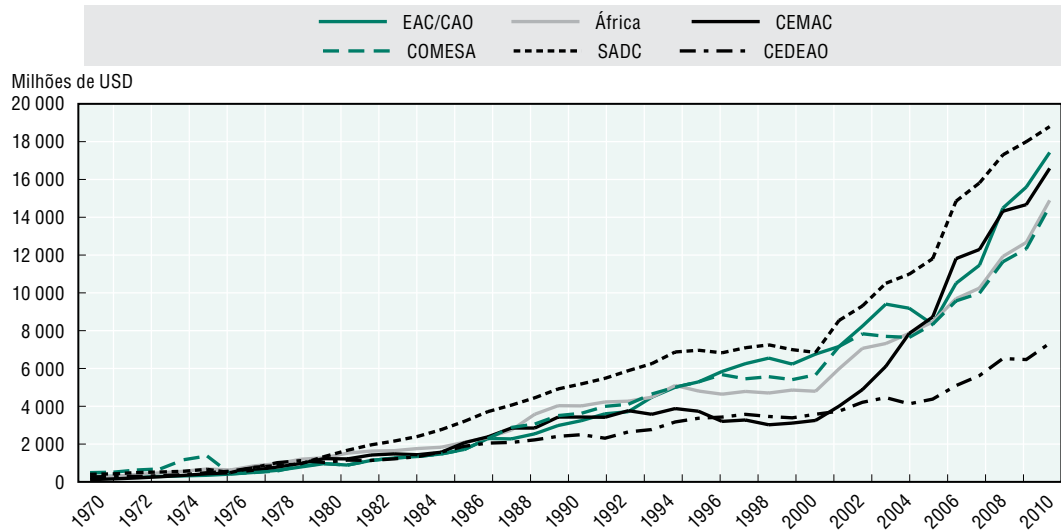
Os países têm realizado progressos notáveis a nível regional no que diz respeito ao desenvolvimento de infraestruturas transfronteiriças. As Interconexões das Redes Elétricas Etiópia-Quênia e Zâmbia-Tanzânia irão ligar o Complexo de Energia da África Austral ao Complexo de Energia da África Oriental, criando um grande mercado regional da eletricidade. Quando terminada, a Central Hidroelétrica de Grand Inga, nas margens do Rio Congo na República Democrática do Congo, pode atingir uma capacidade de geração de energia superior a 44 000 megawatts – metade da capacidade elétrica instalada de África, no presente.

Entre outros projetos importantes estão o Projeto de desenvolvimento rodoviário e facilitação de transporte Mali-Côte d'Ivoire, no Corredor Bamako-Zantiebougou-Boundiali-São Pedro. Este projeto contribuirá para criar zonas de produção nos dois países, promovendo a competitividade, a diversificação económica e a redução da pobreza. A rede irá transformar o Porto de São Pedro, na Côte d'Ivoire, numa zona de trânsito fundamental para os países sem acesso ao mar, como o Mali e o Burkina Faso.

### **A integração dos mercados financeiros abre caminho a uma convergência mais rápida dos rendimentos**

O aprofundamento da integração financeira deverá acelerar a convergência de rendimentos. África testemunhou já 15 anos de crescimento económico elevado. A melhoria da integração dos mercados financeiros pode gerar mais crescimento económico e acelerar a convergência de rendimentos, o que pode ser feito por meio da criação de condições favoráveis para uma melhor partilha de riscos e para a eliminação de obstáculos, como, por exemplo, a fraca concorrência e os altos custos de transação. A integração financeira regional pode expandir a dimensão do mercado interno, alargar e aprofundar os sistemas financeiros, atingir economias de escala, bem como tornar os recursos mais acessíveis, que poderiam, assim, ser alocados de forma mais eficiente. Os países e regiões com taxas de crescimento mais baixas têm maiores possibilidades de gerar um crescimento adicional e de atingir padrões de vida mais elevados.

Figura 3.6. Integração financeira nas comunidades económicas regionais em África, 1970-2011



Notas: Média da soma dos ativos e passivos, em USD.

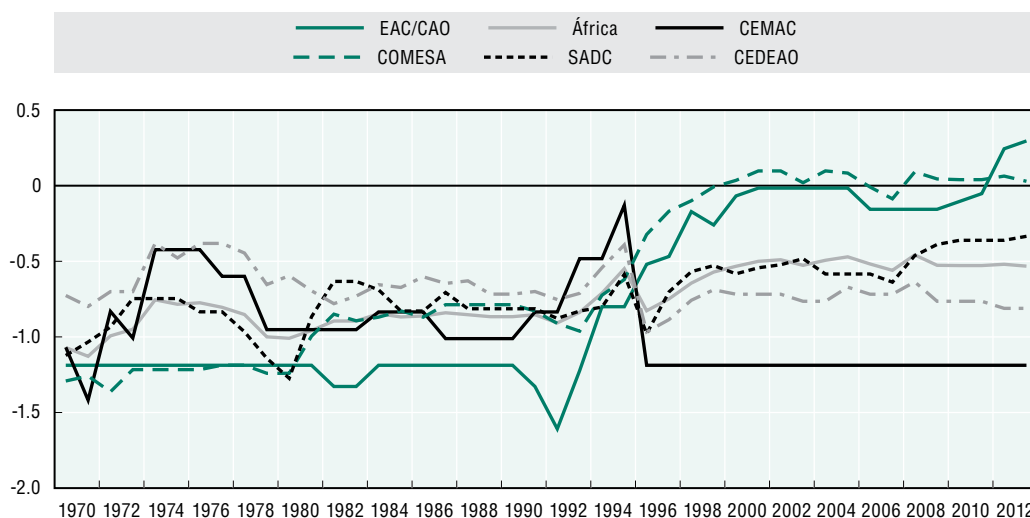
Fonte: Lane e Milesi-Ferretti (2006) e cálculos dos autores.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391431>

A integração financeira de África tem avançado rapidamente nos últimos 15 anos. O saldo de ativos e passivos – um bom indicador da integração financeira – tem aumentado de forma uniforme nas comunidades sub-regionais (Figura 3.6). Uma das causas poderá ser o aumento do comércio internacional de África. Desde meados da década de 1990 até à crise financeira de 2008-09, o comércio de mercadorias (soma de exportações e importações), indicador de abertura comercial, aumentou de forma consistente e, desde 2009, cresceu a uma taxa média anual de 2.6%.


Para além disso, desde o início dos anos 2000, os países africanos têm implementado políticas macroeconómicas, financeiras e estruturais para eliminarem os obstáculos às atividades financeiras externas. Desde meados dos anos 1990, a contabilidade financeira tornou-se mais aberta a transações transfronteiriças, exceto na zona CEMAC.

Figura 3.7. Abertura financeira nas comunidades económicas regionais de África, 1970-2013



Nota: Valores mais elevados significam maior integração financeira.

Fontes: Chinn e Ito (2006) e cálculos dos autores.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391445>

Os sistemas bancários têm registado grande crescimento em África, como demonstrado pela expansão de bancos pan-africanos. Muitos países africanos dependem tradicionalmente do financiamento bancário (Sy, 2015) e, na última década, alguns dos grandes grupos bancários africanos alargaram a sua presença regional, o que reflete uma evolução na integração económica e financeira em África. O Ecobank, um dos principais bancos pan-africanos com sede em Lomé, no Togo, aumentou as filiais de 11 para 36 países; o Banco de África, com sede na Nigéria expandiu-se de 1 para 19 países; e o Banco Attijariwafa, de Marrocos, de 1 para 2 (Beck et al., 2014). No entanto, a expansão destes bancos levanta questões de regulação e supervisão, uma vez que a atividade bancária transfronteiras pode aumentar a possibilidade de contágio financeiro. A harmonização dos quadros de regulação e supervisão é, assim, fundamental. Por outro lado, a maioria dos africanos utiliza ainda a regulamentação bancária Basel I, pelo que as regras normativas e de supervisão têm de ser alinhadas com as orientações Basel III.

Os serviços bancários móveis (*mobile banking*) e outras inovações financeiras desafiam atualmente as tradicionais máquinas ATM e os pagamentos bancários eletrónicos. O alargamento das redes de comunicação móvel e do acesso a telemóveis em África levou os bancos a trabalharem com empresas de telecomunicação em sistemas pioneiros nesta área, que aproximam os serviços financeiros dos clientes. Por exemplo, o serviço de pagamentos e transferências WARI expandiu-se do mercado interno senegalês para 24 países africanos.

Assim, para além dos tradicionais indicadores do PIB ligados ao desenvolvimento financeiro, como o crédito interno ao setor privado ou os depósitos bancários, os pagamentos eletrónicos assumem uma importância crescente e devem ser tidos em consideração para demonstrar o aumento da dimensão e sofisticação dos sistemas financeiros em África.

A emissão nacional e internacional de títulos soberanos tem vindo a crescer. Embora os bancos continuem a ser os principais atores do setor financeiro em África, os mercados de obrigações têm-se desenvolvido ao longo da última década. Nos últimos anos, muitos países emitiram títulos nos mercados internacionais, refletindo um desejo

de diversificarem as fontes de financiamento. Em 2006, os países africanos angariaram 200 milhões de USD nos mercados mundiais de capital, através de obrigações. Em 2015, este valor chegou aos 6.25 mil milhões de USD. No entanto, a decisão dos Estados Unidos de pôr fim à sua política monetária de flexibilização quantitativa (*quantitative easing*) – que tem contribuído para o aumento das taxas de juro e para a valorização do dólar norte-americano – poderá aumentar os custos do crédito e a dívida externa em moeda nacional.

Os mercados locais de obrigações podem constituir uma alternativa, mas devem ser acompanhados pela estabilidade macroeconómica e pela racionalização do recurso ao crédito por parte dos governos, para reduzir as taxas de juro. Isto iria refletir-se, por sua vez, nas emissões de títulos do setor privado, que são essenciais para o aprofundamento dos mercados internos de capital e, conseqüentemente, para alargar as fontes de financiamento. O mercado de obrigações das empresas está pouco desenvolvido em África. Só alguns países atingem um rácio obrigações-PIB acima dos 5%. Em África, em 2014, o saldo de títulos de dívida em moeda local atingiu 486 mil milhões de USD.

O Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento lançou em 2008 a Iniciativa dos Mercados Financeiros em África (IMFA), cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento dos mercados obrigacionistas locais. A IMFA pretende promover o desenvolvimento dos mercados de obrigações em África a médio e longo prazo, para que os governos possam melhorar as condições de obtenção de crédito nos mercados financeiros internos, reduzindo, assim, a dependência da dívida expressa em moeda estrangeira.

Os mercados locais de obrigações também aumentam as opções de financiamento das empresas, já que esses são um catalisador do desenvolvimento e da estabilidade dos mercados financeiros. Esses impulsionam também a integração regional dos mercados financeiros e promovem a disponibilidade e transparência dos dados de rendimento fixo em África.

A dimensão de uma economia e o desenvolvimento dos mercados de capitais estão fortemente ligados. Contudo, a falta de integração dos mercados de capitais está a prejudicar a integração financeira em África. África possui mais de 25 bolsas de valores, mas muitas são fragmentadas, com pouca liquidez e pouco ativas. A Bolsa de Valores de Joanesburgo é uma exceção, representando 65% da capitalização bolsista total em África. Têm-se verificado iniciativas de fusão de alguns mercados bolsistas, para beneficiar de economias de escala. O grupo CEMAC é uma união monetária com dois mercados bolsistas, mas apenas com quatro empresas cotadas; a capitalização bolsista representa menos de 0.5% do PIB total da CEMAC.

No entanto, algumas zonas económicas estão a promover ativamente a cotação dos títulos em bolsa, como é o caso da CEDEAO. As regras sobre bolsas de valores individuais e transfronteiriças – nomeadamente a Bolsa Regional de Valores Mobiliários (BRVM), que abrange oito países da África Ocidental, a Bolsa de Valores da Nigéria e a Bolsa de Valores do Gana – permitem que as empresas estrangeiras tenham cotações múltiplas e transfronteiras.

Os mercados bolsistas podem aprender com o modelo da nova geração de bancos pan-africanos, no apoio à integração financeira e ao investimento entre regiões no continente. O número de mercados bolsistas terá de ser racionalizado, de forma a existir um quadro de regulação e supervisão adequado para os mercados pan-africanos de capitais.

## O investimento intra-africano cresce, impulsionado pelo reforço da integração regional

O investimento entre as regiões africanas pode ser um motor fundamental da integração financeira, mas é ainda fraco. O investimento direto externo em África aumentou de aproximadamente 10 mil milhões de USD em 2000, para cerca de 55 mil milhões de USD em 2015. O investimento proveniente do continente africano desempenhou um papel nesta evolução.

Em termos de financiamento de projetos, o investimento intra-africano corresponde a 19% do investimento total em África (EY, 2015).

O investimento intra-africano está menos direcionado para o setor extrativo, o que ajuda os países recetores a diversificarem as suas economias para além das voláteis indústrias de recursos naturais.

O investimento proveniente de África tem sido liderado pela África do Sul, Quênia e Nigéria, orientando-se principalmente para a banca, o retalho e as telecomunicações. Marrocos tornou-se um grande investidor, através de empresas da banca e seguros como o banco Attijariwafa e a seguradora Saham, mas maioritariamente orientado para países de expressão francófona. A África do Sul é o maior investidor na sua região. Cerca de 80% do investimento externo no Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia vem da África do Sul (Banco Mundial, 2016). Em alguns países pequenos como o Benim ou a Guiné-Bissau, o financiamento proveniente de outros países africanos representa mais de 30% dos fluxos externos totais.

O fluxo de investimento africano tem crescido, mas não é ainda a torrente que muitos países desejariam. As potencialidades são muito maiores, uma vez que outras regiões do mundo geram níveis bastante mais elevados de investimento: o investimento intra-africano representa apenas 12% do investimento externo total em África, quando na Ásia o investimento intrarregional corresponde a 33% do total do continente.

O facto de África não investir em si própria pode ter várias explicações. Apesar da recente liberalização comercial, África tem ainda grandes barreiras tarifárias e não tarifárias, que retraem o investimento externo. Existem entraves normativos e estruturais; os mercados financeiros e de mercadorias são fragmentados. Estes fatores impedem o aproveitamento das oportunidades transfronteiriças de investimento. A integração financeira do continente requer cooperação entre os reguladores financeiros dos vários países, para que assim as regras possam ser harmonizadas.

Contudo, existem sinais de mudança. Nos últimos anos, o crescimento dos bancos pan-africanos veio revolucionar o setor financeiro em África. Estes representam atualmente uma parte importante do investimento entre regiões africanas. A resiliência do desempenho africano em termos de crescimento, apoiada por uma forte procura interna, pode ser uma plataforma de lançamento para o investimento intra-africano em áreas centradas no consumidor, como os serviços financeiros e as telecomunicações. As atuais iniciativas para racionalizar e agregar as comunidades regionais africanas pode eliminar restrições ao aumento dos mercados. A criação da ZTCL, em particular, pode impulsionar o comércio e investimento intra-africanos.

## O aumento do financiamento do comércio pode contribuir para a integração e a criação de emprego

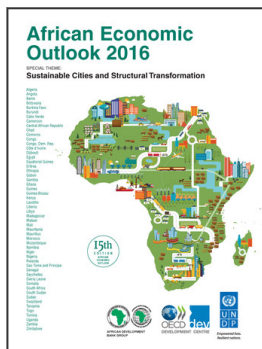
O comércio interno em África tem aumentado nos últimos anos, mas continua muito restrito. Ademais, os financiamentos destinados ao comércio intra-africano são limitados. Os bancos a operar em África representam cerca de um terço do valor total de financiamento do comércio no continente, que é estimado em 320 mil milhões de USD (BAD, 2014). No entanto, apenas 19% do financiamento bancário ao comércio é direcionado para o comércio intra-africano, para além de não ser uniformemente distribuído no continente. O Norte de África regista a proporção mais baixa de financiamento ao comércio intra-africano intermediado pelos bancos, com apenas 6%. Na África Oriental e Austral, cerca de 27% do financiamento bancário ao comércio é destinado ao comércio intrarregional, o que constitui a percentagem mais alta de África.

A expansão do financiamento do comércio em África poderá reforçar a integração regional e promover a criação de emprego. As exportações totais de África dividem-se em 80% de matérias-primas não-transformadas e 20% de produtos manufacturados. O comércio intra-africano, pelo contrário, é composto por 60% de produtos manufacturados e 40% de matérias-primas. Finalmente, a indústria transformadora é um bom impulsionador do emprego produtivo e contribuiria para que África subisse mais na cadeia global de valor.

## Bibliografia

- BAD (2015), *Fostering Development through Trade Finance*, Banco de Desenvolvimento Africano, Abidjan.
- BAD (2014), *Trade Finance in Africa*, Banco de Desenvolvimento Africano, Abidjan.
- BAD et al. (2013), *The Africa Competitiveness Report 2013*, [www3.weforum.org/docs/WEF\\_Africa\\_Competitiveness\\_Report\\_2013.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_Africa_Competitiveness_Report_2013.pdf).
- Banco Mundial (2016), *Global Economic Prospects: Sub-Saharan Africa*, Banco Mundial, Washington, DC, [www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/GEP/GEP2016a/Global-Economic-Prospects-January-2016-Sub-Saharan-Africa-analysis.pdf](http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/GEP/GEP2016a/Global-Economic-Prospects-January-2016-Sub-Saharan-Africa-analysis.pdf).
- Banco Mundial (2015), *World Development Indicators database*, Banco Mundial, Washington, DC, [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org).
- Beck, T. et al. (2014), “Making cross-border banking work in Africa”, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, Bona, Alemanha.
- Camarero, M., R. Flores, Jr. e C. Tamarit (2006), “Monetary union and productivity differences in Mersocur countries”, *Journal of Policy Modelling* 28, pp.53-66.
- Chinn, M. e H. Ito (2006), “What matters for financial development? Capital controls, institutions, and interactions”, *Journal of Development Economics*, Vol. 81, Issue 1, outubro, pp. 163-192.
- CNUCED (2014), *World Investment Report 2014: Investing in the SDGs: An Action Plan*, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, Genebra, <http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=937>.
- EY (2015), *Africa Attractiveness Survey: Making Choices*, [www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices/\\$FILE/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices/$FILE/EY-africa-attractiveness-survey-2015-making-choices.pdf).
- Freund, C. e E. Ornelas (2010), “Regional trade agreements”, *CEP Discussion Paper No. 961 in Annual Review of Economics* 2, setembro, pp. 139-167.
- Jones, B. (2002), “Economic integration and convergence of per capita income in West Africa”, *African Development Review*, 14(1), pp. 18-47.
- Lane, P. e G.M. Milesi-Ferretti (2006), “The external wealth of nations mark II: Revised and extended estimates of foreign assets and liabilities, 1970-2004”, *Fundo Monetário Internacional, IMF Working Paper WP/06/69*, [www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp0669.pdf](http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp0669.pdf).
- Milanovic, B. (2006), “Economic integration and income convergence: Not such a strong link?”, *The Review of Economics and Statistics* 88(4), pp. 659-670.
- Organização Mundial de Comércio (2015), *Estatísticas*, <http://stat.wto.org>.
- Pigato, M. e W. Tang (2015), “China and Africa: Expanding economic ties in an evolving global context”, Banco Mundial, *Working Paper N° 95161*.
- Sohn, C.H. e H. Lee (2006), “How FTAs affect income levels of member countries”, *The World Economy* 29(12), pp. 1737-1757.
- Sy, A. (2015), “2015: A crucial year for financing development in Africa”, *Foresight Africa: Top Priorities for the Continent in 2015*, Washington, DC, Brookings Institution, pp.22-26, [www.brookings.edu/~media/Research/Files/Reports/2015/01/foresight%20africa/financing%20african%20development%20sy.pdf](http://www.brookings.edu/~media/Research/Files/Reports/2015/01/foresight%20africa/financing%20african%20development%20sy.pdf).
- Yaméogo, N. D. et al. (2014), “Diversification and sophistication as drivers of structural transformation for Africa: The economic complexity index of African countries”, *Journal of African Development*, Vol. 16(2), pp. 1-31.
- Yokoyama, K. e A.M. Alemu (2009) “The impacts of vertical and horizontal export diversification on growth: An empirical study on factors explaining the gap between sub-Sahara Africa and East Asia’s performances”, *Ritsumeikan International Affairs*, Institute of International Relations and Area Studies, Ritsumeikan University, Oita-ken, Japão.





**From:**  
**African Economic Outlook 2016**  
Sustainable Cities and Structural Transformation

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

**Please cite this chapter as:**

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), “Políticas comerciais e integração regional em África”, in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-7-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org). Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at [info@copyright.com](mailto:info@copyright.com) or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at [contact@cfcopies.com](mailto:contact@cfcopies.com).